

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

***ESTATÍSTICA E IDEOLOGIA NA MEDIÇÃO DO
DESEMPREGO***

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Leonardo Leon Valgas dos Santos

Orientador: Prof. Pedro Antônio Vieira

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho.

Palavras-chaves:

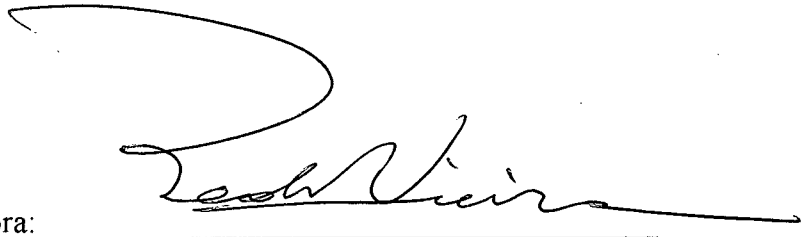
1. Desemprego
2. Estatística
3. Ideologia

Florianópolis, SETEMBRO de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 ao aluno Leonardo Leon Valgas dos Santos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



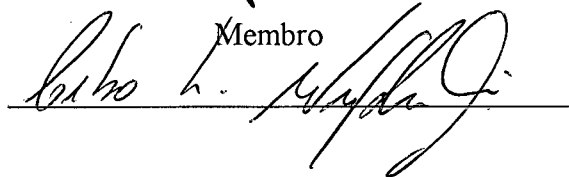
Prof. :

Presidente



Prof. :

Membro



Prof. :

Membro

Em agradecimento aos meus pais pela
oportunidade.

Em agradecimento aos meus mestres
pela dedicação ao meu aprendizado.

Obrigado Senhor.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	05
RESUMO	06
<u>CAPÍTULO 1</u>	
1. O PROBLEMA	08
1.1 Introdução	08
1.2 Formulação da Situação-Problema	09
1.3 Objetivos do Trabalho	09
1.3.1 Objetivo Geral	09
1.3.2 Objetivos Específicos	09
1.4 Metodologia	09
1.5 Justificativa	10
<u>CAPÍTULO II</u>	
2. A ESTATÍSTICA	13
2.1 Origem	13
2.2 Conceito	16
2.2.1 Outros conceitos elementares	18
2.3 Aplicação na Economia	20
<u>CAPÍTULO III</u>	
3. EMPREGO E DESEMPREGO NA NOVA ORDEM ECONÔMICA	23
3.1 A globalização econômica	23

3.2 As novas relações de trabalho	26
3.3 O emprego	27
3.4 O desemprego	29
3.5 A situação brasileira	31
3.5.1 O desemprego em Santa Catarina	32
<u>CAPÍTULO IV</u>	
4. A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - PME	35
4.1 Definição	35
4.2 Resultados	37
<u>CAPÍTULO V</u>	
5. A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED	40
5.1 Definição	40
<u>CAPÍTULO VI</u>	
6. A ideologia presente na PME e na PED	44
6.1 As diferenças entre a PME e a PED	44
6.2 A Estatística como reprodução do discurso ideológico	48
<u>CAPÍTULO VII</u>	
7. CONCLUSÕES	54
7.1 Conclusões	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
FICHA DE AVALIAÇÃO	01

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Taxa média de desemprego aberto – PME-IBGE.....	38
Quadro 2 - Evolução da Taxa de Desemprego Total, por Tipo Região Metropolitana de São Paulo 1995-2001.....	42
Quadro 3 - Taxas de Desemprego Total da PED e PME em Regiões Metropolitanas – 2002.....	44
Quadro 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, Brasil, segundo a posição na ocupação no trabalho principal – 1999.....	50

RESUMO

A medição estatística do desemprego no Brasil é objeto de controvérsias metodológicas e políticas. A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do IBGE, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE e da Fundação SEADE, apresentam entre seus resultados taxas de desemprego díspares nas mesmas regiões metropolitanas, com variações próximas ou superiores a cem por cento. Essa disparidade é atribuída à adoção de conceitos e critérios diferentes na formulação das pesquisas, mas pode-se afirmar que tais conceitos e critérios resultam de diferenças de natureza política. Este trabalho, fundamentado na realização de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo analisar esta questão e verificar se há uma apropriação ideológica da Estatística sobre a situação de desemprego no Brasil, especialmente das produzidas através do IBGE, órgão da estrutura do Governo Federal, para reprodução do que se apresenta como discurso hegemônico no mundo contemporâneo. Neste contexto, também são abordadas as situações do emprego e do desemprego no país, inclusive em Santa Catarina, e as relações de trabalho na nova ordem econômica global.

CAPÍTULO I

1. O PROBLEMA

1.1. Introdução

Pode-se afirmar que a Ciência é ao mesmo tempo sujeito e objeto do processo histórico. O conhecimento pode ser, concomitantemente, fator determinante da transformação da realidade e instrumento da conformação desta transformação com os objetivos das forças que exercem papéis dominantes sobre a realidade.

Assim, o conhecimento e os procedimentos científicos, embora assentados sobre os princípios da isenção, da racionalidade e da auto justificação, podem ser utilizados para a reprodução e justificação da ideologia dominante.

A Estatística, como ciência dos fatos sociais expressos em termos numéricos, está inserida neste contexto, e adquire importância crescente em um mundo que vivencia a contradição de reproduzir relações cada vez mais racionalizadas, pragmáticas e “científicas” em uma época marcada pela expansão do domínio hegemônico de uma única ideologia.

Portanto, se por um lado experimenta-se a valorização e a evolução da Estatística enquanto ciência e produção científica que interfere sobre a realidade, por outro lado torna-se questionável e inquietante a possibilidade de sua instrumentalização para a conformação desta realidade com os objetivos da expansão hegemônica do capitalismo que se encontra em curso.

No Brasil, a configuração desse questionamento pode ser aplicada, dentre outras situações, à medição estatística dos níveis de desemprego entre os trabalhadores.

A Pesquisa Mensal de Emprego – (PME), adotada pelo IBGE, órgão governamental, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – (PED), adotada pelo DIEESE, vinculado à estrutura sindical, em parceria com a SEADE, apresentam critérios distintos que produzem resultados díspares sobre o enfoque de uma mesma realidade.

Esta monografia pretende abordar as diferenças entre as duas Pesquisas, analisar os seus aspectos científicos e refletir sobre os seus aspectos e as suas implicações ideológicas.

1.2 Formulação da Situação-Problema

A questão central que motiva a realização deste trabalho é trazer à luz da reflexão acadêmica a discussão sobre as diferenças entre a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do IBGE, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE/SEADE, tanto no campo conceitual quanto no formal, no técnico, no numérico (resultados) e no ideológico, para a verificação da real validade de cada uma enquanto procedimento científico.

1.3 Objetivos do Trabalho

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta monografia é expor, avaliar e comparar a PME e a PED enquanto instrumentos científicos destinados à medição dos níveis de desemprego no Brasil.

1.3.2 Objetivos Específicos

Podem ser relacionados como objetivos específicos desta monografia:

- a) O estudo da estatística enquanto ciência;
- b) A reflexão sobre o emprego, o desemprego e as relações de trabalho na nova ordem econômica mundial;
- c) O relato dos índices de desemprego no Brasil de acordo com a PME e a PED;
- d) O relato da situação do emprego e do desemprego em Santa Catarina, conforme os dados disponíveis;
- e) A abordagem da Estatística enquanto possível instrumento de reprodução do discurso ideológico.

1.4 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração desta monografia consiste na realização de uma pesquisa acadêmica, fundamentada na revisão da literatura e de dados disponíveis

sobre o tema desenvolvido, sem o emprego de técnicas de coleta de dados ou a execução de pesquisa de campo.

Na primeira etapa do seu processo de elaboração foi feito um levantamento de referências bibliográficas relacionadas ao tema e aos objetivos gerais e específicos propostos, com uma seleção prévia de autores reconhecidos pela relevância de sua obra e de textos interessantes pela sua atualidade e por oferecerem dados concretos sobre o desemprego no Brasil.

Os trabalhos selecionados foram lidos, resenhados e arquivados para utilização na etapa da redação da monografia.

O critério adotado para a seleção final das obras aproveitadas no trabalho foi a formação de um conjunto de autores nacionais e estrangeiros com tendências ideológicas e características acadêmicas distintas, tendo em vista o desenvolvimento de uma abordagem do tema em seus diversos aspectos.

A última etapa da fase de elaboração da monografia foi a redação do texto, que é apresentado dividido em capítulos que buscam o delineamento de um roteiro claro para a sua compreensão.

1.5 Justificativa

Está em curso no Brasil e no mundo, um contexto histórico singular, marcado por uma expansão em dimensões nunca vistas de um sistema ideológico hegemônico.

O atual estágio de evolução do capitalismo atingiu níveis de conformação da realidade e de domínio político e cultural que asfixiam o debate de natureza ideológica ou restringem a sua repercussão no corpo social, ainda que o Brasil e grande parte dos países do mundo se encontrem em momentos no mínimo satisfatórios em termos de democracia institucional, direitos civis e liberdade individual.

A massificação conceitual conduz o pensamento e o modo de vida da sociedade a uma aparente “despolitização” que representa, ao contrário, o avanço da hegemonia ideológica capitalista.

Hoje, pode-se dizer, está praticamente suprimida do debate político e dos meios de comunicação qualquer alternativa ideológica que confronte abertamente os interesses

capitalistas. Como exemplo, verifica-se que mesmo os partidos políticos brasileiros com histórico socialista se vêem conformados a se apresentar à sociedade como alternativas políticas que não oferecem risco para a manutenção do sistema dominante e de seus pilares fundamentais, como a propriedade privada, o livre mercado e a auto-reprodução do capital.

Neste ambiente aparentemente “despolitizado”, a sociedade brasileira convive de forma, pode-se afirmar, passiva, com uma controvérsia de profunda relevância em um dos fatores mais importantes para a formulação das políticas econômica e social do país e a avaliação da correção das ações governamentais, que é a medição dos níveis de desemprego existentes na população.

Assim, ainda que se chegue à conclusão de que é cientificamente aceitável que alguns dos mais importantes organismos de pesquisa do país adotem critérios e produzam resultados tão díspares quanto os adotados e produzidos através da PME e da PED, parece justificável qualquer contribuição, mesmo que modesta como este trabalho, que procure suscitar o debate sobre o tema.

CAPÍTULO II

2. A ESTATÍSTICA

2.1. Origem

O termo estatística provém da formação francesa *statistique*, que advém de *status*, do latim, que significa *estado* ou *situação*.

Originalmente, foi o termo utilizado para denominar os levantamentos de dados que tinham a finalidade de orientar o Estado em suas decisões. Assim, já era empregado em épocas remotas, por exemplo, para a determinação do valor dos impostos que deveriam ser cobrados e para a definição pelos comandantes das estratégias que deveriam ser adotadas em uma nova batalha durante uma guerra, com base nos dados relativos às baixas da batalha anterior e aos contingentes de soldados, aos armamentos e aos outros recursos ainda disponíveis (Silva et al., 1996).

No entanto, a origem de procedimentos que podem ser considerados como “estatísticos” remonta a 5000 a.C., nos registros egípcios de presos de guerra e a 2000 a.C., nos registros de um censo chinês. Em Constantinopla, tais procedimentos tiveram dois momentos históricos importantes, com uma descrição detalhada de coleta de dados em livros, em 400 a.C. e o surgimento de um primeiro *bureau* de Estatística em 620 d.C. (Cordeiro, 2002).

Os gregos, com Thales de Mileto (uso da geometria dedutiva, em 585 a.C.), Pitágoras (aritmética e geometria, em 540 a.C.), Philolaus (obtenção de dados de astronomia, em 430 a.C.) e Hipócrates (estudo do comportamento das doenças a partir de dados de seus pacientes, também em 430 a.C.); os chineses, com Tsu Chung-Chi (valor de pi, em 470 d.C.) e Shihchaieh Chu (origem dos números combinatórios, em 1303 d.C.); os árabes, com Al-Khwarismi (desenvolvimento da álgebra, em 830 d.C.); e os persas, com Yahyâ Abi Mansur

(apresentação das tabelas astronômicas, em 840 d.C.) e Ghiyat Kâshî (primeiros cálculos de probabilidade com a fórmula do binômio, em 1300 d.C.), foram, dentre outros, povos que deram importantes contribuições para o desenvolvimento em seus primórdios de conhecimentos reconhecidos como elementos de formação da Estatística (Cordeiro, 2002).

A partir do século XVII, o desenvolvimento da Estatística foi acelerado e ela adquiriu as suas características atuais, com base nos estudos de Bernoulli (números de Bernoulli e distribuição binomial, em 1713); Fermat (método de máximo e mínimo e teoria dos números, em 1629, e estabelecimento dos princípios do cálculo das probabilidades, com Pascal, em 1654); Pascal (estabelecimento dos princípios do cálculo das probabilidades, com Fermat, em 1654; Triângulo de Pascal, em 1665, e Distribuição de Pascal em 1679); Laplace (Teoria da Estimação, em 1774; Teste de Laplace para aleatoriedade das órbitas dos cometas, em 1776; Estimador da Razão, em 1802; Teoremas Central do Limite, em 1810, e Teoria Analítica das Probabilidades, como base da inferência, em 1812); Lagrange (distribuições uniforme e parabólica contínuas, em 1776; distribuição co-seno, em 1781, e funções analíticas, em 1797); Gauss (Método dos Mínimos Quadrados, em 1809, e demonstração original do hoje denominado Teorema de Gauss-Markov, em 1821); Galton (coeficiente de reversão, atualmente identificado como regressão, em 1877; Teoria da Regressão, em 1887, e fundação da biometrika, com Sarson e Weldon, em 1901); Sarson (introdução do termo “desvio padrão”, em 1893; Método dos Momentos, em 1894; Coeficiente de Variação e Sistema de Distribuições, em 1895; Coeficiente de Correlação de Produto de Momentos, com Sheppard, em 1897; conceito de p-valor e Teste Qui-Quadrado, em 1900; fundação da biometrika, com Weldon e Galton, em 1901; Tabela de Contingência, em 1904; Razão de Verossimilhanças e Poder dos Testes, com Neyman, em 1928); e Fischer, dentre outros (Silva et al., 1996; Cordeiro, 2002).

Fischer, especialmente, desenvolveu estudos elementares para a atual configuração da Estatística enquanto ciência. Destacam-se entre seus estudos, que fundamentaram a chamada “era fisheriana” da Estatística, o Método da Máxima Verossimilhança, em 1912; a definição formação de variância, em 1918; a definição de verossimilhança, em 1923; a Tabela Anova, em 1923; o método score para parâmetros e a definição de p-valor, em 1925; o planejamento de experimentos, em 1926; a distribuição F não-central, em 1928; estatísticas K, em 1929; fundação da econométrica, inferência fiducial e probabilidade inversa, em 1930; o Teste de

Fisher-Yates, em 1931; a Estatística ancilar, em 1934; o Teste Exato de Independência numa Tabela 2X2, em 1935; Expansão de Cornish-Fishcer, em 1937; análise de correspondência, em 1940; distribuição em série logarítmica, com Corbet e Williams, em 1943, e a transformação angular, em 1954 (Cordeiro, 2002).

Ainda na “era fisheriana” e na “era pós-fisheriana” (na segunda metade do século recém-encerrado), diversos autores contribuíram para o desenvolvimento das teorias e dos instrumentos presentes na Estatística moderna, com a apresentação de estudos como o teste de Friedman, os Testes Não-Paramétricos e o Teste de Análise de Variância (Pitman), o Teste de Mudança de Fase (Wallis e Moore), o Teorema de Craig-Sakamoto, o Teste da Mediana (Mathisen), o Teste de Mann-Whitney, os Testes Seqüenciais e os Métodos Seqüenciais (Wald), as Estatísticas U e V (Halinos), a Estabilização de Variância (Bartlett), o Teste de Freeman-Tukey, os Testes não-Paramétricos de Lehmann, o Teste de Kruskal-Wallis, os Fundamentos de Estatística (Savage), o índice de Marshall-Edgeworth, o Teste de Woof, o Teste de Roy, o Coeficiente Kappa para testar a concordância em classificação (Cohen), o Teste de Siegel e Tukey, a Inferência Estrutural (Fraser), o Regressograma (Tukey), os fundamentos de probabilidade e suas aplicações (Good), o Teste de Independência de Weiss, os Modelos de Dispersão (Jorgensen), os Modelos Dinâmicos (West e Harrison), o Teste de Horowitz-Neumann, a Fórmula de Siegel e muitos outros (Cordeiro, 2002).

Considerando-se a sua aplicação prática, Moore (1995) destaca a importância de Florence Nightingale (1820-1910) na história da Estatística, por seu pioneirismo na utilização de gráficos para a demonstração aos generais e aos membros do Parlamento britânico de dados relativos aos efeitos da falta de higiene e das doenças para a morte de soldados hospitalizados por ferimentos durante a Guerra de Criméia (1845 a 1856).

Como enfermeira-chefe do exército britânico na guerra, Nightingale implementou reformas no atendimento hospitalar aos soldados, com base em levantamentos de dados, que reduziu a taxa de mortalidade de 42,7% para 2,2% em seu hospital militar.

Para Moore (1995), os gráficos elaborados por Nightingale constituem um marco no crescimento da nova ciência da Estatística. Ele destaca também o seu esforço para a introdução do estudo da Estatística no ensino superior e a importância que dava à Estatística como meio essencial para o entendimento de qualquer problema social.

Mesmo com toda a riqueza de suas teorias e instrumentos, no entanto, a Estatística não é uma ciência acabada. Por sua natureza, encontra-se em permanente evolução e pode-se afirmar que não é visível o esgotamento do seu campo de estudos e transformações.

2.2. Conceito

Conforme já visto, as origens da Estatística ou de procedimentos que a precederam, ainda que rudimentarmente, remota aos primórdios da civilização humana. No entanto, o seu desenvolvimento e a sua aplicação intensificaram-se com a expansão do conhecimento científico nas diversas áreas de estudo e o aumento da complexidade da realidade humana.

Pode-se afirmar, neste sentido, que quanto maiores e mais complexos são os fatores que configuram a realidade, maior é a importância da Estatística. E, que enquanto ciência ela mantém uma interação intensa com os demais ramos científicos, alimentando seus avanços e alimentando-se com esses mesmos avanços.

A conceituação da Estatística por seus estudiosos apresenta uma linha de coerência, mas com algumas variações de entendimento e/ou abordagem.

Moreira (1975) afirma que a Estatística pode ser considerada como ciência ou método.

Como ciência, ela pode ser pura ou aplicada. É pura como parte da Matemática que trata dos conjuntos quantificados pela contagem dos elementos que os compõem e a mensuração de um ou mais atributos de tais elementos, e é aplicada quando o investigador busca a utilização dos processos da Estatística Matemática em campos próprios de outras ciências ou em campos particulares do conhecimento.

Para Moreira (1975) a Estatística pode ser considerada como método ao distinguir-se da Estatística Matemática por oferecer apenas meios e subsídios, fundamentados na lógica matemática, para a obtenção, classificação, resumo, seleção, apresentação e interpretação dos dados quantitativos que caracterizam um conjunto que será objeto de estudo.

Kirsten (1980) identifica a Estatística como uma metodologia e a conceitua como uma *“técnica especial destinada ao estudo quantitativo de fenômenos coletivos ou de massa, entendendo-se como tais os fenômenos naturais ou sociais cuja avaliação exige um conjunto de observações de outros fenômenos chamados individuais”* (P.2.).

Spiegel (1993) considera que

“a Estatística está interessada nos métodos científicos para coleta, organização, resumo, apresentação e análise de dados, bem como na obtenção de conclusões válidas e na tomada de decisões razoáveis baseadas em tais análises” (P.1).

Ele também observa que o termo estatística, em sentido mais restrito, é utilizado para designar os próprios dados ou os números deles derivados.

Silva et al. (1996) definem a Estatística como *“um conjunto de métodos e processos quantitativos que serve para estudar e medir os fenômenos coletivos” (P.11).*

Moore (2000) sintetiza o conceito de Estatística como *“a ciência da obtenção de informações a partir de dados numéricos” (P.2).*

Pimentel-Gomes (2000), baseando-se no exemplo de R. A. Fisher, define a Estatística *“como a Matemática aplicada aos dados de observação” (P.1).*

Matsushita (2002), discorrendo sobre o que é a Estatística, considera que na atualidade ela é

“uma tecnologia quantitativa para a ciência experimental e observacional que permite avaliar e estudar as incertezas e os seus efeitos no planejamento e interpretação de experiências e de observações de fenômenos da natureza e da sociedade” (P.1).

Conclui-se deste conjunto de definições sobre a Estatística que suas variações não apresentam disparidades, mas sim complementaridade, e obedecem à própria dinâmica do seu desenvolvimento científico.

Observa-se que, sua conceituação torna-se mais abrangente na medida em que suas teorias e instrumentos a aperfeiçoam e que a sua configuração como ciência é consolidada pelo seu próprio crescimento como campo do conhecimento humano e pela expansão da sua aplicabilidade.

Assim, depreende-se que hoje a Estatística não pode ser considerada apenas um conjunto de técnicas úteis para áreas isoladas ou restritas da ciência, não constituindo-se, por

exemplo, em um ramo da matemática que trate da investigação dos processos de obtenção, organização e análise de dados sobre determinada população, em um conjunto de elementos numéricos relativos a um fato social ou em um conjunto de números, tabelas e gráficos organizados para o planejamento, a sintetização e a apresentação dos dados de uma pesquisa (Matsushita, 2002).

A Estatística é hoje, uma ciência multidisciplinar que, ainda que sob diferentes interpretações analíticas, pode oferecer um mesmo instrumento (um programa de computador, por exemplo), aplicável a estudos em diversos campos científicos, como economia, física, agronomia, química, geologia, matemática, biologia, sociologia, psicologia e ciências políticas (Matsushita, 2002).

Assim, a Estatística, enquanto ciência, é fonte constante de suportes para a aplicação e o desenvolvimento de outros campos científicos.

2.2.1. Outros conceitos elementares

O desenvolvimento desta monografia exige também a abordagem, ainda que sintética, da definição de alguns dos elementos essenciais da Estatística.

Como a Estatística tem o objetivo de estudar os fenômenos coletivos, dois elementos fundamentais em seu campo são a **população** (ou **universo**) e a **amostra**.

A **população** (ou **universo**) pode ser definida como o conjunto de todos os itens ou indivíduos (pessoas, coisas, objetos, etc.) que interessam ao estudo de um fenômeno coletivo, segundo alguma característica, enquanto a **amostra** pode ser definida como qualquer subconjunto não vazio, representativo ou não, de uma população (ou universo), por meio do qual são estabelecidas ou estimadas características dessa população (ou universo) (Spiegel, 1993).

As amostragens podem ser **probabilísticas** (ou **objetivas**) e **não-probabilísticas** (ou **subjetivas**). As **amostragens probabilísticas** são aquelas em que todos os elementos da população têm probabilidade conhecida, o diferente de zero, de fazer parte da amostra, enquanto as **amostragens não-probabilísticas** são aquelas em que a escolha dos elementos da amostra é feita de modo não-aleatório (Milone e Angelini, 1993).

As **amostragens probabilísticas** podem ser dos tipos **aleatório** (ou **casual**), na qual pressupõe-se que todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de ser incluídos na amostra; **sistemática**, na qual as amostras são retiradas periodicamente a partir de determinado elemento ou ponto de partida; **estratificada**, na qual a população é subdividida em grupos menores formados com base nas características comuns de seus participantes (condição econômica, raça, sexo, faixa etária etc.); por **conglomerados**, no qual a população a ser estudada é subdividida em grupos fisicamente próximos, independentemente da homogeneidade ou não de seus componentes; e por **extratos**, quando a população é subdividida em grupos aproximadamente homogêneos, independentemente de os mesmos se encontrarem próximos ou não (Milone e Angelini, 1993).

As **amostragens não-probabilísticas** podem ser por acessibilidade, tipicidade, cotas ou outras abordagens em que a amostra é formada por julgamento, ou seja, tem seus elementos escolhidos intencionalmente.

Ressalte-se que um aspecto importante na amostragem para que ela tenha validade, independentemente do seu tipo, é que seja representativa da população (ou universo) sob estudo.

A Estatística pode ser também dividida em **descritiva**, que é a sua parte que tem como objetivo descrever os dados observados, e **indutiva**, que é a sua parte que tem como objetivo obter e generalizar conclusões sobre a população a partir de uma amostra, através do cálculo de probabilidade, viabilizando a inferência estatística (Silva et al., 1996).

Os **dados** são elementos fundamentais em uma estatística e não devem ser abordados apenas como números, mas como números com um contexto, o qual possui informações que possibilitam o conhecimento de uma realidade (Moore, 2000).

Na prática, a Estatística é dividida em três partes: **a análise dos dados**, que consiste em métodos e idéias para organizar e descrever dados através da utilização de gráficos, resumos numéricos e descrições matemáticas mais elaboradas; **a produção de dados**, que fornece métodos para produzir dados que podem dar respostas mais claras e precisas a questões específicas, e a **inferência estatística**, que vai além dos dados disponíveis e procura extrair conclusões sobre um universo mais amplo (Moore, 2000).

A abordagem estatística pode ser processada por **estimação**, quando há uma avaliação indireta de um parâmetro (característica numérica estabelecida para toda uma população),

com base em um estimador (característica numérica estabelecida para uma amostra), através do cálculo de probabilidades, e processada pelo **censo**, que é uma avaliação direta de um parâmetro, utilizando-se todos os componentes da população sob estudo (Silva et al., 1996).

O estudo da Estatística ainda aprofunda-se por diversos outros elementos e conceitos teóricos, mas tal aprofundamento foge ao objetivo específico desta monografia.

2.3. Aplicação na economia

A Estatística, conforme já comentado, é utilizada para o oferecimento de suportes necessários para o conhecimento, a aplicação e o desenvolvimento de outros campos científicos. E no campo das ciências sociais, que têm o homem e seus fenômenos como objetos, a sua utilidade torna-se mais relevante, em razão da dinâmica e da complexidade dos processos humanos.

A Estatística é, assim, uma ferramenta para o conhecimento, o acompanhamento, o monitoramento, o equacionamento e a tentativa de administração de tais processos.

No campo da Economia, que se destaca no mundo moderno como a mais complexa e determinante das ciências sociais, inclusive com forte influência sobre as demais, como a política, a sociológica e a demográfica, a sua utilização tornou-se elementar no último século.

A Estatística é hoje indispensável para a obtenção de dados numéricos representativos de determinada situação econômica e para a análise de tal situação; para a previsão dos negócios e do nível das atividades econômicas, a pesquisa e a análise do mercado e da mão-de-obra; para o controle, departamental ou global, das empresas e do serviço público (Moreira, 1975).

Em termos específicos, pode-se afirmar que a cooperação científica da Estatística com a Economia, na orientação de “medida com teoria” é ainda recente e iniciou-se com o denominado **método econométrico**.

A **Econometria** é o método de análise quantitativa da Economia, do qual participam, conjuntamente, a Teoria Econômica, a Matemática e a Estatística (como o método capaz de permitir uma ligação entre o conhecimento teórico e o comportamento da realidade), tendo como objetivos efetuar medidas de variáveis e de agregados econômicos; estimar parâmetros pertencentes às relações construídas pela Teoria Econômica; formular hipóteses a respeito do

comportamento da realidade; submeter à prova, com base na observação da realidade, teorias fornecidas pela Economia; e construir novas teorias (conjuntos de hipóteses) (Montoro Filho et al., 1998).

A Estatística constitui-se na atualidade, portanto, em um instrumento fundamental nos campos macro e microeconômico, sendo aplicada tanto na formulação das estratégias empresariais e organizacionais quanto na formulação das políticas públicas e na avaliação dos seus resultados.

Pode-se afirmar, sem risco de incorrer em exagero, que a Estatística adquiriu no mundo moderno, e especialmente na Economia, uma escala de utilidade tão avançada que os subsídios que disponibiliza tornaram-se imprescindíveis tanto para o cidadão que pretende gerir com segurança seus recursos, como para a empresa de qualquer porte que planeja o seu futuro e para o governo que representa os interesses de uma nação.

Ela é utilizada para o conhecimento e a análise dos referenciais quantitativos e qualitativos das populações; dos níveis de emprego e desemprego; da produção; dos investimentos e de todos os agentes, meios e objetos que interagem na esfera econômica.

E no contexto de uma ordem internacional globalizada, a sua abrangência se universaliza. No presente momento, por exemplo, as estatísticas sobre a situação econômica da Argentina têm efeitos sobre a economia dos demais países em situação de dependência do capital internacional e sobre as decisões dos detentores deste capital e dos organismos que monitoram a economia mundial.

Como decorrência desta contextualização caracterizada pela interdependência, amplia-se o risco da utilização da Estatística com finalidades político-econômicas, para a realização dos objetivos dos pólos dominantes da ordem globalizada e mesmo das sociedades locais. Embora não possa haver dúvidas de que **enquanto ciência a Estatística é neutra à qualquer ideologia**, ocorrendo apenas uma possessão indevida por essas.

CAPÍTULO III

3. EMPREGO E DESEMPREGO NA NOVA ORDEM ECONÔMICA

3.1. A Globalização Econômica

Pode-se afirmar que a discussão sobre qualquer questão de natureza econômica, política ou social na atualidade exige a abordagem do fenômeno da globalização mundial.

Mesmo que ainda se esteja distante de um consenso acadêmico ou político a respeito das causas, dos processos e das conseqüências desse fenômeno, não há divergências quanto à constatação de que seus efeitos se estendem sobre todas as questões humanas neste início de um novo século.

Para Ianni (1997), “*está em curso novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório*” (P.10).

Um surto, portanto, que afeta as atividades, as posturas e as relações humanas, inclusive as relações de Poder, as quais reproduzem com maior ou menor fidelidade, as relações sociais e econômicas existentes na sociedade, mesmo quando estas apresentam distorções incompatíveis com os princípios idealizados da democracia, como a concentração de renda e as desigualdades abissais entre as classes sociais.

Há diversas correntes de pensamento que buscam a explicação desse fenômeno.

Uma corrente, cujo ponto de vista predomina, sobretudo, nos meios de comunicação de massa e de formação de opinião, associa a globalização a um conceito de modernidade e de avanço e busca a sua aceitação como um movimento inevitável da evolução humana.

Entre os defensores desse entendimento, a globalização é explicada como uma conseqüência do movimento isolado ou conjunto de forças como o desenvolvimento científico, o progresso das economias regionais, a tecnologia da informação, culturas de

consumo universais, padrões globais emergentes e custos empresariais compartilhados (Ohmae, 1999).

Outros não se afastam muito dessa linha de entendimento, mas buscam o aprofundamento da sua abordagem. Para estes, houve grandes mudanças de caráter tecnológico-organizacional e financeiro nas últimas quatro décadas que causaram a internacionalização dos setores produtivo, comercial e financeiro.

A produção e a distribuição de valores dentro de redes em escala mundial, com o acirramento da concorrência entre grandes grupos multinacionais, e a reestruturação do comércio internacional, com a criação dos blocos regionais, teriam determinado o que se entende como globalização produtiva, enquanto a internacionalização bancária, a substituição do sistema baseado no crédito por um baseado no mercado de capitais e as políticas de liberalização financeira praticadas por países interessados em rolar seus déficits ou em reciclar seus superávits teriam determinado o que se entende como globalização financeira (Gremaud et al., 1999).

Existe, no entanto, outra corrente de pensamento, que vê a globalização como uma nova forma de colonialismo, ou seja, de dominação dos países em situação de dependência econômica pelas grandes potências internacionais e por suas corporações empresariais. No contexto dessa dominação, as políticas macroeconômicas dos países em situação de dependência seriam conduzidas de forma a possibilitar a canalização das riquezas locais para as potências internacionais através do pagamento de juros de dívidas, da transferência da propriedade de setores econômicos estratégicos, da abertura de novos mercados consumidores e da exploração de recursos naturais.

Na visão de Chossudovsky (1999), as reformas macroeconômicas implementadas no cenário internacional visam a condução do

“(...) processo da acumulação capitalista no mundo todo (...) ocasionando o desmantelamento das instituições do Estado, o rompimento das fronteiras econômicas e o empobrecimento de milhões de pessoas” (P.11).

Não é necessário, porém, enxergar na globalização uma nova forma de colonialismo para entendê-la como um movimento do avanço da hegemonia capitalista sobre o mundo. Na década de 1970, Furtado (1978) já detectava que “(...) a evolução recente das relações internacionais no mundo capitalista põe em evidência a emergência de um sistema global (...)”.

Assim, fatores identificados como “causas” para a globalização, como o desenvolvimento tecnológico e o acirramento da competição entre as empresas, seriam conseqüências representativas de um novo ciclo do capitalismo.

Conforme Ianni (1997),

“(...) o capitalismo tornou-se propriamente global. A reprodução ampliada do capital, em escala global, passou a ser uma determinação predominante do modo pelo qual se organizam a produção, distribuição, troca e consumo”. (P.16)

Portanto, a globalização mundial seria na realidade a globalização do capitalismo, iniciada com a expansão das grandes corporações norte-americanas e européias após a 2ª Guerra Mundial e intensificada com a derrocada do socialismo real e o fim da chamada “guerra fria” entre os pólos ideológicos liderados pelos Estados Unidos da América e a União Soviética na virada da década de 1980 para 1990.

Para Ianni (1997), nesse contexto,

“o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o marketing, o lobbying e o planejamento, tanto empresarial como das instituições multilaterais, além do governamental, todas essas forças estão atuando em escala mundial”.

Assim, pode-se afirmar que o capital universaliza-se, determinando a reprodução de seus interesses em todas as relações e ações humanas, em escala global.

3.2. As Novas Relações de Trabalho

Admitindo-se que a globalização econômica é uma nova configuração do capitalismo e que as relações de trabalho estão entre os elementos essenciais do modo de produção capitalista, depreende-se que o processamento dessa nova configuração é por si só transformador das relações de trabalho.

Conforme Ianni (1997),

“(...) na época da globalização do mundo reabre-se a problemática do trabalho. O modo pelo qual o capitalismo se globaliza, articulando e rearticulando as mais diversas formas de organização técnica da produção, envolve ampla transformação na esfera do trabalho (...)”
(P.18)

Essa transformação se estende a todos os aspectos do trabalho, compreendendo suas formas de organização social e produtiva, a formação dos trabalhadores, as técnicas de produção, a legislação trabalhista, os movimentos do mercado, a escala de valores salariais, as políticas públicas de emprego e outras questões.

Assim, inseridas como um elemento secundário no movimento transnacional do capital em busca de sua reprodução, as relações de trabalho deixam de obedecer a uma lógica construída sobre processos, necessidades e metas locais (entendendo-se o “local” como uma fábrica, uma corporação ou um país) e passam a ser determinadas por esse movimento reprodutivo.

Grande parte desse movimento, inclusive, assume as formas de mecanismos autoreprodutivos, que dispensam o trabalho como meio para a geração de riqueza. O capital passou a encontrar em si próprio os mecanismos necessários para a sua reprodução e criou um ciclo autoreprodutivo paralelo ao ciclo produtivo convencional. Este, por sua vez, tem de adaptar-se às configurações do novo ciclo, para manter-se atrativo ao capital.

Todo esse processo, somado às modificações introduzidas nos meios de produção pelos avanços tecnológicos e à busca permanente da redução de custos imposta pelo

acirramento da concorrência pelos mercados, implica na flexibilização dos antigos paradigmas do trabalho e no surgimento de novas formas de trabalho.

Modelos de produção clássicos e mais rígidos como o manchesteriano, o taylorista, o fordista e o sthakanovista são substituídos por modelos pluralistas e flexíveis como o toyotista. E pode-se afirmar que essa tendência se processa com perdas para os trabalhadores (Ianni, 1997)

A volatilidade do mercado, o estreitamento das margens de lucro, os excedentes de mão-de-obra gerados pela financeirização da economia e pela escassez de investimentos produtivos convencionais impõem aos trabalhadores a aceitação de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis e a simples garantia do emprego torna-se uma moeda de troca de alto valor nas mãos dos empregadores.

Para Ianni (1997), o trabalhador é levado nesse contexto *“a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia. Em última instância, o que comanda a flexibilização do trabalho e do trabalhador é um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global”*. (P.149)

3.3. O Emprego

Há um termo sempre presente nos estudos sobre o emprego no mundo moderno: **transformação**.

Verifica-se um consenso de que os paradigmas econômicos, sociais, políticos e culturais do mundo moderno globalizado transformam integralmente o emprego, em termos conceituais e práticos.

Diverge-se somente quanto às causas e conseqüências dessas transformações. Enquanto os estudiosos que entendem a globalização como um fenômeno próprio da evolução humana vêem esse processo como construtivo, os estudiosos que entendem a globalização como um avanço da hegemonia capitalista o vêem com preocupação.

Na primeira linha de pensamento, considera-se que a modernização é reacelerada pela globalização nos dois sentidos, criando empregos novos com a mesma velocidade com que elimina empregos antigos, mas apresentando a vantagem de criar empregos melhores e com

salários maiores do que aqueles que são eliminados, devido à expansão de áreas mais sofisticadas de trabalho, como a de informática (Paul Krugman apud Chiavenatto, 1999).

Como exemplo desse processo, cita-se que o setor de informática e de automação nos Estados Unidos da América teria aberto cerca de 12 milhões de novos empregos, sendo a metade no campo do software, adquirindo uma dimensão, em termos de mercado de trabalho, três vezes superior ao setor automobilístico (Joelmir Betting apud Chiavenatto, 1999).

Ainda sob essa perspectiva otimista, constata-se que o emprego formal, com padrão, horário de trabalho e direitos trabalhistas é um conceito do século XIX que está desaparecendo rapidamente, mas acredita-se que essa forma de emprego não será necessária para a garantia da sobrevivência do trabalhador, uma vez que em contrapartida estão surgindo novas formas de vínculos entre a empresa e o trabalhador, mais flexíveis, como os contratos temporários, a subcontratação, a terceirização e a parceria, e mesmo novas formas e mercados de trabalho, sem vínculo com uma empresa (William Bridges apud Chiavenatto, 1999).

Não são poucos, no entanto, os críticos desse processo de transformação do emprego, que o vêem como um processo de perdas para os trabalhadores.

Observa-se que as novas formas de reprodução do capital e o aparato tecnológico à disposição dos meios de produção são por si só redutores do mercado de trabalho, uma vez que de um lado surgem processos reprodutivos e autoreprodutivos do capital que se operam quase virtualmente, com a utilização da tecnologia da informação, como o mercado financeiro, e de outro lado, na produção de bens, há avançada substituição de mão-de-obra humana por automação.

Conforme Rifkin (1995),

“enquanto o público continua ouvindo falar que tempos econômicos melhores estão por vir, trabalhadores em toda a parte continuam perplexos (...) Estamos entrando numa nova fase do mundo – em que cada vez menos trabalhadores serão necessários para produzir bens e serviços (...)” (P.2).

Essa redução do mercado de trabalho gera excedentes de mão-de-obra que desequilibram as relações entre o capital e o trabalho. Um capital escasso e valioso sob a

posse de poucos grupos econômicos é contraposto a uma mão-de-obra abundante e premida por necessidades emergentes de sobrevivência. Inevitavelmente, esse capital assume um domínio absoluto sobre as relações de trabalho, promovendo uma moldagem dessa mão-de-obra e impondo condições cada vez mais vantajosas (ao capital) para o seu aproveitamento (da mão-de-obra).

Na visão de Teixeira et al. (1998), os interesses do capital foram expressos na implementação de políticas macroeconômicas que *“permitiram criar uma atmosfera social favorável – através do desemprego em massa – para que as empresas Bretomasssem o controle sobre o ritmo e a modalidade do processo de trabalho”* (p.80).

Obviamente, se por um lado essa estratégia cria condições favoráveis para a realização imediata dos objetivos de reprodução e acumulação do capital, inclusive fragilizando as representações sindicais, por outro lado ela é uma negação à modernidade, uma vez que acentua as desigualdades sociais, fomentando o fenômeno da exclusão social, e *“(...) sem limites à desigualdade social, simplesmente não existe sociedade (...)”* (Dowbor et al., 1997, p.91).

Formam-se contingentes de desempregados permanentes ou subclasses, em escala global, determinando uma movimentação de massas sem perspectivas e sem qualidade de vida de onde emergem xenofobias, racismos, radicalismos, criminalidade e violências (Ianni, 1997), que se constituem em uma contradição dos propósitos evolutivos da globalização.

3.4. O Desemprego

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho – OIT na década de 1990, 900 milhões de pessoas encontravam-se desempregadas ou subempregadas em meio a uma população mundial de 6 bilhões de habitantes (Pastore, 1997).

Desde então, as condições econômicas internacionais agravaram-se, inclusive gerando crises recessivas em países como o Japão, os Estados Unidos da América e a Alemanha, que ostentavam altos índices de crescimento, determinando um quadro ainda mais dramático para o desemprego mundial.

Explicado por alguns estudiosos como uma consequência natural e transitória das transformações do conceito de emprego e do mercado de trabalho diante da configuração da

globalização econômica e do avanço tecnológico, conforme já visto, esse quadro é analisado por outros estudiosos, no entanto, como uma consequência da aplicação de políticas macroeconômicas que visam o ajustamento da economia mundial aos novos objetivos do capital.

Conforme Teixeira et al. (1998) *“na análise clássica de Marx sobre o mercado de trabalho é o ritmo da acumulação, com sua contração ou expansão, que produz o desemprego como variável de ajuste dos salários”* (P.81).

Assim, na transposição da análise de Marx para a realidade contemporânea, o desemprego seria uma precondição para a reestruturação em curso na economia mundial, ditada pelo pragmatismo do processo de globalização econômica.

Essa reestruturação, ao contrário do capitalismo clássico de Marx, possui determinações próprias. Busca-se a formação de um “exército industrial de reserva” nas classes trabalhadoras como uma consequência da crise do padrão de acumulação do capital vigente até os anos 1970, objetivando-se a superação da regulação política do modelo de produção fordista pela coordenação neoliberal do mercado de trabalho (Teixeira et al., 1998).

Na defesa desse entendimento do processo atual de desemprego, argumenta-se com o caráter mundial que tal fenômeno tem assumido nas duas últimas décadas, o qual coincide com a implementação de políticas macroeconômicas direcionadas para a inserção de economias locais e regionais na ordem globalizada.

De acordo com Teixeira et al. (1998)

“(...) é nas políticas econômicas de inspiração neoliberal e no desemprego crescente que se encontra o fio por onde se transmitem os traços universais do novo ciclo de acumulação deflagrado a partir dos anos oitenta” (P.84).

É certo, porém, que os mecanismos do processo de globalização são, quase que “automaticamente”, causadores de desemprego. Ao passar a trabalhar com espaços múltiplos, na busca de vantagens específicas, as grandes corporações transnacionais geram também efeitos em espaços múltiplos em suas ações.

Ao subcontratar a fabricação de um tênis na Tailândia ou na Indonésia, por exemplo, ao custo de 15 centavos de dólar por hora, uma empresa como a Nike desestrutura os sistemas produtivos de outros países que não têm condições de fabricar o mesmo produto nos mesmos patamares de custos. Assim, o subemprego gerado na Tailândia ou na Indonésia, aproveitando-se das carências do mercado de trabalho local, torna-se um fator gerador de desemprego em Franca-SP, no Brasil, e em outros centros produtores de calçados (Dowbor et al., 1997).

“Com isso reduz-se o espaço do emprego formal, e explode o setor informal (...) Aparecem assim cifras fantásticas de países com mais de 50% de emprego no setor informal” (Dowbor et al., 1997, P.14).

Observa-se neste contexto, portanto, a formação de um círculo vicioso na ordem globalizante, onde o aproveitamento pelo capital da fragilidade de uma economia local “contamina” outras economias locais, que também fragilizam-se até tornarem-se igualmente “atrativas” para esse capital.

3.5. A Situação Brasileira

Pode-se afirmar que a inserção brasileira na nova ordem econômica globalizada foi determinante para o aumento do desemprego ocorrido no país na última década.

A abertura das fronteiras nacionais para a concorrência externa obrigou as empresas brasileiras a um rigoroso ajuste de custos, que associado à mudança estrutural do sistema de produção, vista nas seções anteriores, provocou três grandes transformações no mercado de trabalho: *“redução do emprego por unidade de produto, reestruturação do emprego na economia e redução do poder de ação sindical”* (Montoro Filho et al., 1998, p. 501).

Os setores mais afetados por esse processo na economia nacional foram o financeiro e o industrial. Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, por exemplo, mostram que houve uma queda de 15% no emprego industrial paulista ao longo de dois anos de implementação do Plano Real, durante o qual o processo de abertura comercial, iniciado no Governo Collor, acentuou-se (Montoro Filho et al., 1998).

Conforme Brum, entre 1990 e 1992, com o início da abertura econômica e recessão interna, o Brasil perdeu dois milhões e cento e cinquenta mil empregos formais. Em 1993 e

1994, houve moderado crescimento econômico e foram recuperados cerca de quinhentos mil desses postos de trabalho. Em 1995, porém, o ritmo do crescimento reduziu-se e o processo de ajustamento das empresas nacionais intensificou-se, provocando o fechamento de trezentos e oitenta mil postos. No final de 1998, o desemprego aberto, englobando apenas os trabalhadores que procuravam emprego, atingiu o índice de 7,9% da População Economicamente Ativa, ou seja, mais de seis milhões de pessoas (Brum, 1999).

Para efeito comparativo, reporte-se que a taxa de desemprego medida pelo IBGE nas grandes regiões metropolitanas do país no final da década de 1980 girava em torno de 3,3%. A partir de 1990, no entanto, o que coincidiu com a implementação de políticas macroeconômicas direcionadas para a inserção brasileira na ordem internacional, a liberação financeira e a estabilização econômica, esse patamar de 3,3% (verificado em 1989) saltou para patamares que variaram de 4,28% em 1990 a 8,74% no primeiro semestre de 1998 (Gremaud et al., 1999).

Essa variação, no entanto, ocorreu no índice PME adotado pelo IBGE. No PED, adotado pelo DIEESE/SEADE, a variação oscilou de 10,0% em 1990 a 18,90% no primeiro semestre de 1998. Em 1989, houve o registro de 8,80%.

Observa-se, portanto, que coincidentemente ou não, o aumento dos patamares de desemprego no Brasil ocorreu durante a implementação de políticas macroeconômicas que visavam, em tese, modernizar o país, estabilizar a economia nacional e promover a inserção brasileira na nova ordem internacional.

3.5.1. O desemprego em Santa Catarina

A abordagem do desemprego em Santa Catarina neste estudo visa, sobretudo assinalar a insipiência do uso da estatística como ferramenta para o diagnóstico da realidade nacional e a formulação de políticas públicas e o descaso do tratamento dispensado à questão do desemprego no país, uma vez que não são realizadas pesquisas sobre o desemprego no Estado, assim como na maioria dos Estados brasileiros.

O acompanhamento do desemprego no país pelo IBGE é feito somente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador (e o acompanhamento pelo DIEESE/SEADE em universo igualmente restrito), ignorando-se

as diversidades regionais e locais existentes no território nacional e a necessidade de se formular soluções locais e regionais para essas diversidades.

O único trabalho encontrado sobre a situação do emprego em Santa Catarina é uma pesquisa da Diretoria de Trabalho e Renda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família do Governo do Estado, elaborada com base em dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

Com base em tais dados, no balanço dos anos de 1990 houve uma retração de 10,88% no contingente de pessoas empregadas em Santa Catarina, cuja População Economicamente Ativa foi estimada pelo IBGE em 1997 em duas milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil e novecentas e oitenta e uma pessoas (o que representou um aumento de 17,8%, ou trezentas e oitenta e quatro mil pessoas, em relação à PEA de 1990).

Portanto, houve o fechamento de cento e dois mil e oitocentos e dez postos de trabalho em Santa Catarina na década de 1990, com a observação das mesmas oscilações constatadas em âmbito nacional. O início da década foi marcado por uma redução acentuada do nível de emprego, houve uma recuperação nos anos de 1993 e 1994, e voltou-se a um quadro desfavorável a partir do segundo trimestre de 1995.

CAPÍTULO IV

4. A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO – PME

4.1. Definição

A **Pesquisa Mensal de Emprego – PME** é uma pesquisa domiciliar de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão da estrutura da União Federal, “capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE, 2002).

O levantamento de dados da pesquisa é feito através de uma amostra probabilística de cerca de 38.500 domicílios localizados nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP) (IBGE, 2002).

Os dados levantados para a pesquisa referem-se a determinados períodos de tempo denominados como “períodos de referência”, dos quais os principais são a “semana de referência” (semana de domingo a sábado, que precede a semana para a realização da pesquisa); o “período de referência de 30 dias” (os 30 dias que antecedem a semana fixada para a entrevista) e o “mês de referência” (o mês que antecede ao mês de realização da pesquisa) (IBGE, 2002).

Os dados divulgados referem-se às pessoas de 15 anos e mais de idade e à “semana de referência”, com a exceção dos que são relativos à “taxa de emprego aberto”, que é divulgada

também para o período de 30 dias, e dos que são relativos aos “rendimentos”, os quais correspondem ao “mês de referência” da pesquisa (IBGE, 2002).

A PME foi concebida e é realizada conforme as recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT e visa a produção de resultados que facilitem a análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e que possam ser comparados com outros resultados apurados internacionalmente.

Em seus procedimentos metodológicos, procura-se separar os indivíduos que trabalham (ou os que procuram trabalho) dos indivíduos que não trabalham (os inativos), adotando-se como conceito fundamental o **trabalho**, entendido como **ocupação econômica remunerada** em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a **ocupação econômica sem remuneração**, exercida por um tempo mínimo de 15 horas na semana, em auxílio a outro membro da unidade familiar em sua atividade econômica ou a instituições religiosas beneficentes, ou ainda em regimes de cooperativismo, aprendizagem ou estágio (IBGE, 2002).

No grupo de **indivíduos que trabalham** são investigados os seguintes itens: a ocupação, o ramo de atividade, a posição na ocupação, a acumulação de mais de um trabalho, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior e o número de horas trabalhadas, dentre outros (IBGE, 2002).

No grupo de **indivíduos que procuram trabalho** são investigados: a providência tomada; o tempo de procura; se teve experiência de trabalho anterior com ou sem remuneração; a ocupação; o ramo de atividade e a posição na ocupação do último trabalho (IBGE, 2002).

No grupo de **inativos**, é investigado se o indivíduo procurou trabalho no período de referência de 30 ou 60 dias (IBGE, 2002).

A PME é também fundamentada no conceito de **População em Idade Ativa**, que compreende a **população economicamente ativa**, a qual se constitui do potencial de mão-de-obra com que o setor produtivo pode contar, incluindo a **população ocupada** e a **população desocupada**, e a **população não economicamente ativa**, a qual se constitui das pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas (IBGE, 2002).

Neste sentido, considera-se **população ocupada** as pessoas que em determinado período de referência trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam por alguma razão

(pessoas em férias, por exemplo) e considera-se **população desocupada** as pessoas que em determinado período de referência não tinham trabalho, mas estavam dispostas a trabalhar e tomaram alguma providência efetiva em busca desse propósito (IBGE, 2002).

Conforme os critérios da PME, as **pessoas ocupadas** são classificadas como **empregado** (as pessoas que têm um empregador ou mais, cumprem jornada de trabalho e recebem alguma forma de remuneração em contrapartida); trabalho **por conta própria** (as pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício sem ser empregados ou empregadores); **empregadores** (as pessoas que exploraram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com a ajuda de um ou mais empregados); e **não remunerados** (as pessoas que exercem uma ocupação econômica sem remuneração, por um tempo mínimo de 15 horas na semana, em auxílio a outro membro da unidade familiar em sua atividade econômica ou a instituições religiosas beneficentes, ou ainda em regimes de cooperativismo, aprendizagem ou estágio) (IBGE, 2002).

Dentro dessa classificação, os empregados são ainda classificados conforme a existência ou não de carteira de trabalho assinada em seu emprego (IBGE, 2002).

O IBGE, com base na PME, produz mensalmente diversos indicadores, como a **Taxa de Desemprego Aberto** (relação entre o número de pessoas desocupadas, procurando trabalho, e o número de pessoas economicamente ativas em um determinado período de referência); a **Taxa de Desemprego Aberto – pessoas que nunca trabalharam**; a **Taxa de Desemprego Aberto – pessoas que já trabalharam**; a **Taxa de Desemprego Aberto por Setor de Atividade**; a **Taxa de Atividade** (relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa num determinado período de referência), dentre outros.

4.2. Resultados

Para efeito ilustrativo, este trabalho tomará como referência dos resultados do desemprego na região metropolitana de São Paulo apurados pelo IBGE através da PME a Taxa de Desemprego Aberto, pesquisado no período de 1991 a julho de 2002 (Quadro 1).

Quadro – 01 - Taxa média de desemprego aberto(semana)

Série original - 1991/2002

Região Metropolitana de São Paulo												
Ano	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1991	5,9	6,4	7,2	6,9	6,5	5,6	4,3	4,4	4,4	4,5	5,0	5,0
1992	5,8	7,6	7,2	6,4	7,1	6,7	5,9	6,7	6,6	6,6	6,3	4,8
1993	6,7	6,6	6,2	6,8	6,0	5,4	5,5	5,4	4,9	5,5	5,1	4,6
1994	5,9	5,9	6,4	5,5	5,5	5,9	5,7	5,8	5,8	4,8	4,1	3,6
1995	5,0	4,6	4,9	4,6	4,8	5,1	5,2	5,3	6,3	6,0	5,2	5,1
1996	6,3	7,0	7,7	7,1	7,0	7,2	6,3	6,0	5,7	5,9	5,2	4,1
1997	6,0	6,9	7,2	7,1	6,9	7,1	7,1	6,6	6,5	6,7	6,1	5,2
1998	8,5	8,8	9,0	8,6	9,1	8,6	9,0	8,6	8,7	8,9	8,1	7,3
1999	9,2	8,4	8,9	8,8	8,6	8,9	8,2	8,2	8,0	8,2	7,9	6,5
2000	8,2	8,9	8,2	8,0	8,4	7,8	7,5	7,5	6,9	7,2	6,2	4,6
2001	5,6	5,8	6,2	6,6	7,1	6,5	6,2	6,3	6,6	7,0	6,9	5,8
2002	7,2	8,3	8,0	8,9	9,2	8,7	8,9					

FONTE: www.ibge.gov.br (2002).

CAPÍTULO V

5. A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED

5.1. Definição

A **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED** é uma pesquisa domiciliar de periodicidade mensal sobre mercado de trabalho urbano realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, esse sendo criado em 1962 pelo movimento sindical brasileiro para prestar assessoria técnica aos sindicatos de acordo com as suas demandas, incluindo análise de dados e apoio à negociação, desenvolvendo atividades de pesquisa, educação e comunicação nos temas relacionados ao mundo do trabalho.

O levantamento de dados da pesquisa é feito através de uma amostra probabilística baseada na aplicação de entrevistas em 3.000 domicílios por mês, distribuídos em 38 municípios da região metropolitana de São Paulo. Desde a segunda metade da década de 1980, a PED tem sido expandida para outras regiões metropolitanas, sendo realizada hoje também nas regiões de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Distrito Federal, Porto Alegre (RS) e Salvador (BA), através de convênios com instituições locais (SEADE, 2002).

Na PED, a caracterização da inserção no mercado de trabalho é feita apenas para os indivíduos com 10 anos e mais, que constituem a denominada **População em Idade Ativa (PIA)**, considerando-se como parâmetros de classificação a procura efetiva de trabalho; a disponibilidade para trabalhar, com procura em até 12 meses; a situação de trabalho; o tipo de trabalho exercido, e a necessidade de mudança de trabalho (SEADE, 2002).

O conceito de **trabalho** utilizado na PED prescinde de limites de tempo mínimos para a jornada semanal, sendo adotada como critério a noção de continuidade e regularidade (DIEESE, 1999).

Embora essa medida tenha pouco efeito quantitativo e aplique-se a um segmento com idade inferior à legalmente instituída como mínima para o trabalho do menor no Brasil, a PIA incorpora as crianças de 10 a 14 anos em seus números como forma de retratar com mais precisão a realidade social do país, na qual é comum o trabalho nessa faixa etária (DIEESE, 1999).

Nos critérios da PED, são adotados como **período de procura atual por trabalho** os trinta dias anteriores à data da entrevista. Este mesmo critério é utilizado nos Estados Unidos da América, Alemanha, França e Itália, dentre outros países (DIEESE, 1999).

O conceito de **População Economicamente Ativa – PEA** engloba a parcela da PIA, que está **ocupada** ou **desempregada**, classificando-se como **ocupados** os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas não estão procurando outro trabalho; possuem trabalho não remunerado de auxílio em negócios de familiares, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Classificam-se como **desempregados** os indivíduos que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias (situações descritas como **desemprego aberto**); os indivíduos que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado, em negócios de familiares e, além disso, tomaram providências nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, na busca de um outro trabalho (situações descritas como **desemprego oculto pelo trabalho precário**); os indivíduos que não possuem e não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva por trabalho nos últimos 12 meses (situações descritas como **desemprego oculto pelo desalento e outros**) (SEADE, 2002).

Assim, define-se o **desemprego total** como a soma do desemprego aberto; o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento (SEADE, 2002).

Como inativos, a PED considera os indivíduos maiores de 10 anos que não estão ocupados ou desempregados conforme as situações descritas (SEADE, 2002).

Apesar de realizar seus levantamentos de dados mensalmente, o cálculo dos indicadores na PED é feito com informações de trimestres móveis, tendo em vista maior precisão. Como as amostras mensais são independentes, as informações de vários meses podem ser acumuladas para a construção de indicadores mais precisos em análises estruturais (SEADE, 2002).

Os principais produtos oferecidos com base nos levantamentos da PED da região metropolitana de São Paulo são as taxas de desemprego, os índices de ocupação e a evolução dos rendimentos do trabalho (SEADE, 2002).

Para efeito ilustrativo, este trabalho tomará como referência dos resultados do desemprego apurados pelo DIEESE/SEADE através da PED as Taxas de Desemprego Aberto, Oculto total, Oculto pelo trabalho precário e Oculto pelo desalento para a região metropolitana de São Paulo pesquisada no período de 1995 a 2001 (Quadro 2).

Quadro 2 – Evolução da Taxa de Desemprego Total, por Tipo Região Metropolitana de São Paulo 1995-2001

Tipo de Desemprego	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
TOTAL	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6	17,6
Aberto	9,0	10,0	10,3	11,7	12,1	11,0	11,3
Oculto Total	4,2	5,1	5,7	6,5	7,2	6,6	6,3
Pelo Trabalho Precário	3,3	3,8	4,2	4,6	5,1	4,6	4,6
Pelo Desalento	0,9	1,3	1,5	1,9	2,1	2,0	1,7

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (2002).

CAPÍTULO VI

6. A IDEOLOGIA PRESENTE NA PME E NA PED

6.1. As Diferenças entre a PME e a PED

Conforme pode ser visto nos dois capítulos anteriores e no Quadro 3, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, embora sejam realizadas em grande parte nos mesmos locais e períodos, apresentam resultados díspares ao retratar estatisticamente a situação de desemprego no Brasil.

Quadro 3 – Taxas de Desemprego Total da PED e PME em Regiões Metropolitanas – 2002

Regiões	<u>Taxas de Desemprego %</u>					
	<u>PED – Total</u>			<u>PME</u>		
	<u>Jan</u>	<u>Fev</u>	<u>Mar</u>	<u>Jan</u>	<u>Fev</u>	<u>Mar</u>
Belo Horizonte	17,5	18,1	18,9	8,1	7,2	7,3
Porto Alegre	14,5	15,0	15,8	5,0	6,3	5,6
São Paulo	17,9	19,1	19,9	7,2	8,3	8,0

Fonte: IBGE/DIEESE (2002), meses selecionados, elaboração própria.

O DIEESE e a Fundação SEADE procuram, então, a construção de indicadores mais apropriados para o levantamento estatístico do desemprego nesse contexto, os quais são determinantes para a existência das seguintes diferenças na abordagem do indivíduo através da PED e da PME (DIEESE, 2002):

- “O indivíduo que está sem trabalho e não procurou trabalho na semana da pesquisa, mas procurou nos últimos trinta dias, é classificado pela PED em situação de **desemprego aberto** e pela PME como **inativo** (ou seja, não é computado como desempregado na apuração da taxa de desemprego da PME)” (DIEESE, 2002).

- “O indivíduo que está sem trabalho na semana e não procurou trabalho nos últimos trinta dias, mas procurou nos últimos doze meses, é classificado pela PED em situação de **desemprego oculto pelo desalento** e pela PME como **inativo**” (DIEESE, 2002).
- “O indivíduo que procurou trabalho e, ao mesmo tempo, realizou trabalho irregular nos últimos trinta dias é classificado pela PED em situação de **desemprego oculto pelo trabalho precário** e pela PME como **ocupado**, se trabalhou na semana, ou **inativo**, se não trabalhou na semana” (DIEESE, 2002).
- “O indivíduo que não procurou trabalho nos últimos trinta dias, mas procurou nos últimos 12 meses, e realizou simultaneamente trabalho irregular, inclusive nos últimos trinta dias, é classificado pela PED em situação de **desemprego oculto pelo trabalho precário** e pela PME como **ocupado**, se trabalhou na semana, ou **inativo**, se não trabalhou na semana” (DIEESE, 2002).
- “O indivíduo que exerceu trabalho em caráter excepcional nos últimos trinta dias e não procurou trabalho no mesmo período é classificado pela PED como **inativo com trabalho excepcional** e pela PME como **ocupado**, se trabalhou na semana, ou **inativo**, se não trabalhou na semana” (DIEESE, 2002).
- “O indivíduo que realizou trabalho não-remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e não procurou trabalho no mesmo período é classificado pela PED como **ocupado** e pela PME como **ocupado**, se trabalhou quinze horas ou mais na semana, e **inativo**, se a jornada for inferior” (DIEESE, 2002).
- “O indivíduo que realizou trabalho não-remunerado em organizações beneficentes na semana e não procurou trabalho no mesmo período é classificado pela PED como **inativo** e pela PME como **ocupado**” (DIEESE, 2002).
- “O indivíduo que não trabalhou na semana porque está “encostado na caixa” há mais de quinze dias é pela PED **inativo** e pela PME como **ocupado**” (DIEESE, 2002).
- “As crianças de 10 a 14 anos são classificadas pela PED como **inativas, ocupadas ou desempregadas**, segundo o exercício e/ou a procura de trabalho e são excluídas da População em Idade Ativa – PIA pela PME” (DIEESE, 2002).

Tecnicamente, essa disparidade – que mantém as taxas de desemprego apuradas pelo IBGE através da PME em níveis inferiores ou próximos a 50% das taxas de desemprego apuradas pelo DIEESE e a Fundação SEADE através da PED – é atribuída a questões

metodológicas supracitadas, relativas à utilização de conceitos distintos na caracterização do emprego e do desemprego e do mercado de trabalho urbano no país.

Para essa distinção de conceitos, verifica-se que enquanto a PME atém-se a padrões metodológicos aplicados em países que seguem uma mesma linha interpretativa das recomendações da Organização Internacional do Trabalho, a PED mantém tais recomendações como referencial técnico, mas busca uma configuração conceitual e metodológica que permita uma visão mais ampla e nítida da realidade brasileira, partindo do princípio de que tal realidade possui características típicas e dados elementares que a diferenciam no cenário internacional, especialmente em relação aos países desenvolvidos.

Entre esses dados e características, destacam-se: a falta de estruturação do mercado de trabalho brasileiro; a imensa disponibilidade de mão-de-obra e a grande quantidade de trabalhadores que sobrevivem no mercado informal, sem acesso às garantias da legislação trabalhista e na sua maioria em condições precárias e provisórias.

A PED, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – (PNAD) e da PME-IBGE, capta informações para todas as idades acima de 10 anos. No caso da PED, são incluídas, ainda, no cálculo das taxas de desemprego aquelas referidas ao grupo etário de 10 a 14 anos, procedimento não adotado pelo IBGE. Entende-se que tal postura é adequada por permitir a visualização de uma realidade que preocupa sobremaneira governo e sociedade em nosso País.

O desemprego oculto, responsável por aproximadamente seis pontos percentuais da taxa total, é subdividido em desemprego oculto pelo desalento (medida acolhida pela OIT) e desemprego oculto pelo trabalho precário, classificação introduzida pela PED e, portanto, não comparável internacionalmente.

Com tal inovação, buscou-se captar situações que atendem simultaneamente a três requisitos: 1. procura ativa por trabalho; 2. realização de alguma atividade eventual; 3. atividade que não contempla perspectiva de continuidade e assiduidade.

Nesta abordagem do desemprego precário, reside a grande contribuição da PED ao conhecimento dos fenômenos que caracterizam o funcionamento do nosso mercado de trabalho, uma vez que se encontram nessa condição basicamente chefes de família desprotegidos do seguro-desemprego, seja porque não tiveram acesso ao mesmo, seja pela longa duração do desemprego.

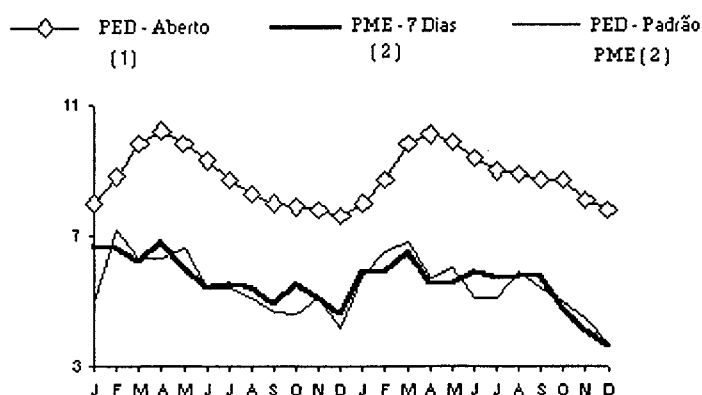
Essas diferenças alteram toda a classificação da População em Idade Ativa das amostras do DIEESE/SEADE e do IBGE e, conseqüentemente, causam um afastamento quantitativo entre as taxas de desemprego apuradas pelas duas pesquisas, tornando a da PED sempre superior à da PME, em níveis acentuados.

Pode-se afirmar, no entanto, que as causas dessas diferenças conceituais não se restringem ao campo metodológico, reproduzindo interpretações científicas distintas e divergentes de um mesmo trabalho. Está implícito que esse processo reproduz e tem em suas raízes diferenças e divergências ideológicas.

Por alterar a classificação da PIA, essas diferenças provocam um afastamento entre as taxas de desemprego feitas pelas duas pesquisas, fazendo com que a PDE seja sempre superior à da PME. Como a PME utiliza o conceito de desemprego aberto em sete dias, período que já está contido na PDE, podendo se obter os seguintes dados através de metodologia similar à da PME.

O gráfico 01 mostra, para o ano de 1994, os resultados obtidos pela PED tendo como base os dados do **desemprego aberto** seguindo critérios similares aos da PME. A semelhança entre os índices ocorre de maneira geral ao longo do período, com exceção de poucos meses onde tais aproximações não se verificam, resultante basicamente de alterações amostrais ou operacionais na PME e PED.

Gráfico 01 – PED similar à da PME – Taxa de desemprego %.



Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE (2002).

(1) Dados Trimestrais.

(2) Dados Mensais.

6.2. A Estatística como Reprodução do Discurso Ideológico

As ciências, embora representem, ilustrativamente, uma construção do conhecimento e sejam justificáveis por seus objetivos próprios e específicos, podem tornar-se meios para a consecução das mais distintas finalidades quando são inseridas no mundo real e apropriadas por seus agentes.

Verifica-se que esse campo de possibilidades estende-se também às ciências fundamentadas nos princípios de caráter subjetivo, como a política, a filosófica e a religiosa, uma vez que podem ser apropriadas por discursos direcionados para os mais diversos fins, sob agravante de serem passíveis de uma abordagem interpretativa.

Em análise que pode ser tomada como referência para esse enfoque das ciências, Santos (2001) ensina que:

“(...) a técnica não pode ser vista como um dado absoluto, mas como técnica já relativizada, isto é, tal como usada pelo homem. As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta e separadamente” (2001, p. 26).

A Estatística, como ciência, não foge a essa condição, e embora esteja alicerçada na exatidão matemática, é passível de apropriação pelos atores do cenário mundial onde é aplicada. Cenário que concorre fortemente para a realização dessa apropriação, uma vez que se mostra configurado e dirigido por um poder hegemônico, que de forma explícita ou dissimulada utiliza-se de todas as ciências, técnicas e meios para a consecução de seus objetivos.

Há, portanto, uma apropriação ideológica dessas ciências, técnicas e meios, uma vez que tal poder hegemônico, embora se esforce para mostrar-se com uma face despida de ideologia, é essencialmente ideológico, pois se constitui em uma expressão do avanço do capitalismo no mundo.

Na visão de Santos (2001),

“O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa” (2001, p.39).

Admitindo-se, portanto, que a Estatística, como ciência, possa ser apropriada pelo discurso ideológico e que há no atual momento histórico um discurso ideológico hegemônico como fator determinante da realidade, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, pode ser reconhecida a combinação de condições elementares para que métodos estatísticos reproduzam os interesses desse movimento hegemônico.

No caso da medição do desemprego no Brasil pelo IBGE, através da PME, há indicativos da ocorrência dessa reprodução, expressos na adoção de conceitos e definições que se coadunam com os conceitos e definições do movimento hegemônico capitalista, o qual impõe uma reestruturação profunda das relações de trabalho, com substanciais e dramáticas perdas para as classes trabalhadoras, mas, massifica um discurso que tenta ocultar a real natureza desse processo, ditada pelos paradigmas do capitalismo, conferindo-lhe uma aura associada ao progresso e à modernidade.

Uma das conseqüências visíveis e imediatas desse processo é o aumento do desemprego, que por sua vez concorre para a ampliação das desigualdades econômicas e da exclusão social (Dowbor et al., 1997). Obviamente, esse quadro adquire contornos mais graves em países como o Brasil, cujas condições demográficas, estruturais e econômicas exigem uma expansão permanente do mercado de trabalho, e não o seu encolhimento.

O discurso ideológico hegemônico, porém, utiliza-se de vários meios para a justificação e a ocultação, pelo menos parcial, dessa realidade. Busca-se desde a desqualificação do emprego – chegando-se a responsabilizar os benefícios trabalhistas pelo

desemprego – até a sua descaracterização, com o incentivo a novas modalidades de relações de trabalho, que em termos reais assemelham-se ao subemprego.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – (CAGED), Ministério do Trabalho e Emprego, “no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos dos servidores públicos, foram eliminados cerca de 2,560 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997, 60% dos quais na indústria de transformação”. Período pelo qual as políticas macroeconômicas, visavam promover a inserção brasileira na nova ordem econômica mundial globalizada. Temos no desemprego um problema que vem a reboque do processo de acumulação capitalista.

No Quadro 4, é observado o alto nível de desemprego no setor informal, na busca da subsistência da população em níveis nacionais, tendo em vista as dificuldades de se obter um primeiro ou novo emprego, onde dentro da PME estes índices são trazidos como **ocupados**.

Quadro 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, Brasil, segundo a posição na ocupação no trabalho principal – 1999

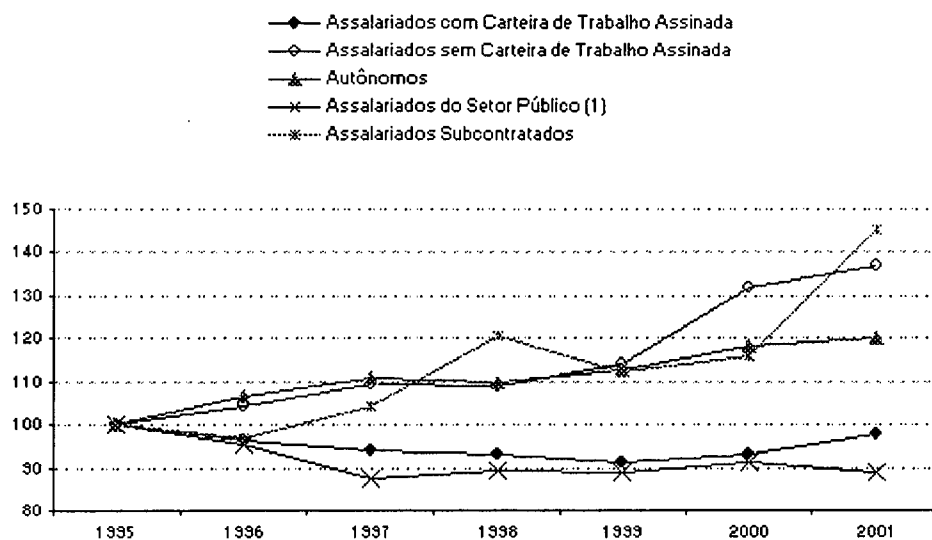
Posição na ocupação	Número de pessoas	%
Empregados	36.769.900	51,3
Com carteira de trabalho assinada	19.639.284	27,4
Militares e estatutários	4.730.630	6,6
Outra	12.399.986	17,3
Trabalhadores domésticos	5.304.040	7,4
Com carteira de trabalho assinada	1.361.848	1,9
Sem carteira de trabalho assinada	3.942.192	5,5
Conta própria	16.628.882	23,2
Empregadores	2.938.725	4,1
Não remunerados	6.665.888	9,3
Trabalhadores na produção p/ o próprio consumo	3.225.431	4,5
Trabalhadores na construção p/ o próprio consumo	143.353	0,2
Total	71.676.219	100,0

Fonte: IBGE/PNAD/99

Enfatizando o aspecto do crescimento do emprego informal e a forma como a reestruturação produtiva está modificando drasticamente o perfil da ocupação no mercado de trabalho brasileiro, tendo como referência a região metropolitana de São Paulo, observa-se no gráfico 2 , além do aumento de assalariados subcontratados fruto da flexibilização das

relações de trabalho, cresce o número de trabalhadores sem carteira assinada e de trabalhadores autônomos.

Gráfico 2 - Evolução do Nível de Ocupação, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
1995-2001



Fonte: Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (2002).

No contexto brasileiro, a PME pode ser parte desses meios utilizados para a justificação e ocultação parcial da realidade socioeconômica, e, assim, não por acaso seria dotada por um órgão público – o IBGE –, pertencente à estrutura de um estado que desde o fim da era Vargas, na década de 1950, é conduzido em conformidade com os movimentos do avanço capitalista no mundo.

Considerando-se que a Estatística busca o conhecimento da realidade e, portanto, deve dispor de métodos e instrumentos que permitam a formação de um retrato fiel dessa realidade, pode-se supor que somente a reprodução dos interesses do discurso ideológico dominante justifica a linha conceitual utilizada na PME.

Em termos práticos, os seus critérios têm o efeito de expurgar das taxas de desemprego de situações onde há evidente desemprego – de fato e de direito –, as quais concorreriam para a elevação dessas taxas a níveis que poderiam comprometer as políticas

macroeconômicas governamentais e criar um ambiente político e social desfavorável aos interesses do movimento hegemônico capitalista.

O seu conceito de inativo, por exemplo, exclui da Taxa de Desemprego Aberto trabalhadores que estão claramente em situação de desemprego, sob a justificativa técnica de que não procuraram emprego na semana da pesquisa, ignorando que tal circunstância pode ser determinada por inúmeros fatores alheios à vontade do trabalhador sem emprego, inclusive a própria necessidade premente de subsistência, por quaisquer meios.

Observa-se, então, uma possível utilização da técnica para ocultar, ao invés de revelar a realidade, o que foge à finalidade da Estatística e torna largamente questionável a validade da PME como instrumento para uma medição real da situação de desemprego no Brasil.

A PED, se além a uma maior valorização do trabalho, valor este que embora não dominante no atual momento histórico, apresenta maior validade como instrumento estatístico ao procurar adequar seus critérios às características da realidade nacional, como a farta disponibilidade de mão-de-obra, o crescimento e a precariedade do trabalho informal e as dificuldades que cerceiam o trabalhador desempregado na procura de um novo emprego, dentre as quais destaca-se a falta de apoio por parte do Estado.

CAPÍTULO VII

7. CONCLUSÕES

7.1 Conclusões

Está evidenciado no curso da história humana que as ciências e técnicas podem ser apropriadas pelo discurso ideológico e utilizadas para a consecução de seus objetivos. Nesse processo de apropriação, as ciências, métodos e técnicas, não raramente, adquirem elementos do discurso ideológico que, revestidos de aparente neutralidade, direcionam a sua aplicação para fins específicos.

Verificou-se no capítulo II que, a Estatística, pode ser definida como um conjunto de métodos e processos quantitativos de natureza científica, fundamentado na Matemática, utilizado multidisciplinarmente para a obtenção de dados sobre os fenômenos existentes em determinada realidade e o seu estudo. Com toda interdependência que a Estatística possui junto às outras ciências, ampliam-se os riscos da utilização com finalidades político-econômicas dos pólos dominantes.

Observou-se no capítulo III que, uma das conseqüências do avanço hegemônico do capitalismo no mundo, em sua nova configuração é o aumento acentuado do desemprego, combinado com a desvalorização do trabalho humano, e a formação de contingentes numerosos de trabalhadores excluídos do mercado formal, e mesmo de qualquer possibilidade de trabalho regular.

Como depende da manutenção de um ambiente político e social favorável à sua expansão, esse poder monopolista utiliza-se de todos os meios disponíveis para ocultar ou *maquiar* essa realidade, apropriando-se da informação e massificando o discurso ideológico que reproduz seus interesses.

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, utilizada pelo IBGE para a medição do desemprego no Brasil, concorre, intencionalmente ou não, para a consecução dos objetivos desse discurso ideológico, ao adotar critérios que excluem da apuração de suas taxas de desemprego, trabalhadores que estão de fato e formalmente em situação de desemprego, valendo-se de justificção metodológica inconsistente e, permitindo um questionamento fundado sobre a sua validade estatística, visto no capítulo IV.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, utilizada pelo DIEESE e a Fundação SEADE para a mesma finalidade de medir a situação do emprego e do desemprego no Brasil, apresenta-se com maior validade como instrumento estatístico, ao buscar a adoção de critérios próprios e adequados para as condições da realidade nacional, exposto no capítulo V.

As disparidades existentes entre a PME e a PED, as quais mantém taxas de desemprego próximas a 50% de diferença,, são decorrentes de questões metodológicas, relativas á utilização de conceitos não compatíveis. Enquanto a PME atem-se a padrões metodológicos nas mesmas linhas interpretativas das recomendadas pela Organização Internacional do Trabalho, a PED apenas baseia-se em tais recomendações como referencial técnico, mas busca uma configuração conceitual e metodológica mais ampla e nítida, demonstrando de fato, o que ocorre em nossa nação.

Considerando-se a importância da medição do desemprego para a formulação das políticas públicas e para a avaliação dos resultados dessas políticas, pela sociedade, urge uma revisão dos critérios adotados pelo IBGE na formulação da PME. Os meios acadêmicos podem contribuir para essa revisão, desenvolvendo estudos aprofundados sobre a validade estatística da PME e, propondo novos critérios para a medição oficial da taxa de desemprego no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

CORDEIRO, Gauss M. **Cronologia de alguns conceitos e fatos importantes da estatística**. ABE – Associação Brasileira de Estatística. s/d. www.redeabe.org.br.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.

DIEESE. **Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil**. <http://www.dieese.org.br>, 1999.

DOWBOR, Ladislau et al. (org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Globalização & desemprego: mudanças nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

FUNDAÇÃO SEADE. **Principais conceitos**. <http://www.seade.gov.br>, 2002.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Principais tendências do emprego formal em Santa Catarina**. Florianópolis: SINE/SC, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME**. IBGE, <http://www.ibge.org/estatística/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmec.shtm>, 2002.

KIRSTEN, José Tiacci. **Estatística para as ciências sociais: teoria e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 1980.

MATSUSHITA, Raul Yukihiro. **O que é Estatística**. Brasília: Universidade de Brasília. s/d. www.unb.br/ie/est/complementar/estatistica.htm.

MILONE, Giuseppe e ANGELINI, Flávio. **Estatística geral**. São Paulo: Atlas, 1993.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – CAGED. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, <http://www.tem.gov.br/Temas/CAGED>.

MONTORO FILHO, André Franco et al.. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOORE, David S.. **A estatística básica e sua prática**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000.

MOREIRA, Délio. **Métodos estatísticos para administradores e economistas**. São Paulo: Loyola, 1975.

OHMAE, Kenichi. **De líder para líder: artigos da revista Leader to Leader**, Drucker Foundation. São Paulo: Ed. Futura, 1999.

PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTr, 1997.

PIMENTEL-GOMES, Frederico. **Curso de Estatística Experimental**. Piracicaba: Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ermes Medeiros da et al.. **Estatística 1**. São Paulo: Atlas, 1996.

SPIEGEL, Murray Ralph. **Estatística**. São Paulo: Makron Books, 1993.

_____. **Estatística: resumo da teoria**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.